

Centro de
Inovação para a
Educação
Brasileira - CIEB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DS
LD

DS
RP

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

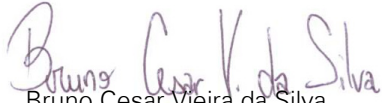
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2022.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	3.384.143	963.803	Impostos e contribuições a recolher	7	62.692	59.345
Recursos vinculados a projetos	4.b	373.684	1.150.454	Salários e encargos a pagar	8	492.413	336.080
Fundo contingencial	5	1.118.346	898.307	Outras contas a pagar		16.637	22.230
Despesas antecipadas		68.896	16.407	Gastos a incorrer em projetos restrito	12.ii	373.684	1.150.454
Outros ativos		98.446	13.449	Adiantamento de contribuições associativas	11a	680.032	-
		<u>5.043.515</u>	<u>3.042.420</u>			<u>1.625.458</u>	<u>1.568.109</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros ativos		64.000	64.000	Patrimônio social		525.822	525.822
Imobilizado	6	64.541	90.512	Reserva estatutária	10.b	1.118.346	898.307
		<u>128.541</u>	<u>154.512</u>	Superavit acumulado		1.902.430	204.693
						<u>3.546.598</u>	<u>1.628.823</u>
Total do ativo		<u><u>5.172.056</u></u>	<u><u>3.196.932</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>5.172.056</u></u>	<u><u>3.196.932</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Contribuições dos associados	11a	4.400.772	2.723.760
Receita com projetos restritos	12.ii	2.006.105	2.747.814
Doações não restritas	11b	461.472	-
Trabalho voluntário	3g.iv	376.190	566.124
Outras receitas operacionais		<u>7.260</u>	<u>7.345</u>
		<u>7.251.799</u>	<u>6.045.043</u>
Despesas operacionais			
Despesas com projetos			
Despesas com pessoal	12 e 13	(1.320.345)	(3.506.912)
Outras despesas com projetos	12 e 14	(878.183)	(681.687)
Despesas administrativas			
Trabalho voluntário	3g.iv	(376.190)	(566.124)
Despesas com pessoal	15	(2.441.273)	(480.570)
Despesas gerais administrativas	16	(419.059)	(312.591)
Impostos e taxas	17	<u>(29.058)</u>	<u>(15.778)</u>
		<u>(5.464.107)</u>	<u>(5.563.662)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.787.692</u>	<u>481.381</u>
Receitas financeiras	18	152.686	46.130
Despesas financeiras	18	<u>(22.603)</u>	<u>(4.232)</u>
Receitas financeiras, líquidas		<u>130.083</u>	<u>41.897</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.917.776</u></u>	<u><u>523.279</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	<u>1.917.776</u>	<u>523.279</u>
Resultado abrangente total	<u>1.917.776</u>	<u>523.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Reserva estatutária	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		525.822	625.931	(46.209)	1.105.544
Constituição de reserva estatutária			272.376	(272.376)	
Superávit do exercício		-	-	523.279	523.279
Saldos em 31 de dezembro de 2020		525.822	898.307	204.693	1.628.822
Constituição de reserva estatutária	10b		220.039	(220.039)	
Superávit do exercício		-	-	1.917.776	1.917.776
Saldos em 31 de dezembro de 2021		525.822	1.118.346	1.902.430	3.546.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.917.776	523.279
Ajustes por:		
Depreciação	25.971	25.390
	<u>1.943.747</u>	<u>548.669</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos		
Recursos vinculados a projetos	776.770	(618.417)
Despesas do exercício seguinte	(52.489)	(506)
Outro créditos	(84.997)	47.141
Aumento/(redução) nos passivos		
Impostos e contribuições	3.347	(15.037)
Salários e encargos a pagar	156.333	(298.509)
Outras contas a pagar	(5.593)	(96.796)
Gastos a incorrer em projetos restrito	(776.770)	624.923
Adiantamento de contribuições associativas	680.032	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>2.640.379</u>	<u>191.468</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em fundo contingencial	(220.039)	(272.916)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(6.435)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(220.039)</u>	<u>(279.351)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.420.340</u>	<u>(87.883)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	963.803	1.051.686
No fim do exercício	<u>3.384.143</u>	<u>963.803</u>
	<u>2.420.340</u>	<u>(87.883)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (“Entidade” ou “CIEB”) é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos e que tem como objeto social apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, governo, Entidades e/ou entidades que desenvolvam atividades, programas, planos e/ou projetos tecnológicos e de inovação que busquem, com foco no ensino público, contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

A Entidade poderá, para a consecução de seu objeto social, utilizar-se de quaisquer meios e atividades permitidos por lei, especialmente:

- (a) apoiar, promover, fomentar e/ou implantar iniciativas voltadas a estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem;
- (b) celebrar parcerias, contratos e convênios com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para a materialização de seu objeto social;
- (c) promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, culturais, artísticas e/ou educacionais, por meio de treinamento técnico, de publicação ou de edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos ou quaisquer outros meios de mídia, divulgação ou comunicação que ajudem a propagar o objeto social;
- (d) patrocinar e/ou incentivar realizações de natureza cultural, educacional, técnica ou econômica, tais como palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, feiras, amostras e promoções, voltadas para os seus objetos e finalidades;
- (e) participar como sócia, acionista, titular de debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, em sociedades, consórcios ou empreendimentos que tenham objetivos e propósitos semelhantes ou complementares aos da Entidade, ou que possam contribuir para a consecução do objeto social da Entidade; e
- (f) praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução do objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

1.1 COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 (“Coronavírus”) era uma emergência de saúde global. A rápida e repentina propagação da pandemia causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial, de forma que decisões significativas tiveram de ser tomadas pelos governos e entidades de setor privado, que somadas ao impacto potencial ao surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, aos quais geraram impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Diante da recomendação de distanciamento social para diminuir a transmissão da Covid-19, a Administração tomou as seguintes medidas:

- Implantação de home-office para todos os colaboradores que permaneceram com seus contratos ativos;
- Readequação das metas individuais e institucionais para o exercício de 2020;
- Renegociação de contrato de aluguel e com prestadores de serviços.

Apesar de manter posição saudável de caixa e títulos e valores mobiliários, e tendo em vista a incerteza e volatilidade do cenário atual em razão da pandemia da Covid-19, a Administração executou medidas com o foco de estabelecer uma posição ainda mais robusta em caráter preventivo, de modo a garantir que a Entidade pudesse atravessar pelo período suprindo as necessidades que surgissem.

Haja vista que a pandemia de COVID-19 se prolongou por todo o ano de 2021, a Administração deu continuidade às medidas adotadas no ano anterior.

Cabe ressaltar que a Associação não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

A Administração continua monitorando suas operações com o intuito de reduzir custos, renegociar com fornecedores e fortalecer serviços que possam contribuir com nossos clientes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de abril de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4d** - vida útil do ativo imobilizado; e
- **Nota 10** - provisão para contingências

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do período será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Receita operacional

(i) Contribuições ordinárias

A receita de contribuição e doação no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita de contribuição e doação possa ser mensurada de maneira confiável.

(ii) Receita com projetos restritos

Os valores recebidos e empregados para projetos restritos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados e o crédito de obrigações com projetos no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos restritos e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de obrigações com projetos.

(iii) Doações não restritas

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são provenientes de doações de pessoas jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela Entidade e são reconhecidas no resultado do exercício quando do seu recebimento efetivo.

(iv) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. A Entidade adota como referência, para fins de determinação do valor justo, a pesquisa de remuneração de administradores do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, por entender que os membros dos órgãos de governança da Entidade são equiparados as demais entidades incluídas nesta pesquisa.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade registrou o montante de R\$ 376.190 (R\$ 566.124 em 2020) referente a trabalhos voluntários.

h. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 21.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	924	924
Bancos	12	352.616
Aplicações financeiras (*)	<u>3.383.207</u>	<u>610.263</u>
	<u>3.384.143</u>	<u>963.803</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor.

Aplicações financeiras

- (*) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas, que em 2021 variam -0,01% a 0,73% ao mês (em 2020 0,16% a 0,23% ao mês).

b. Recursos vinculados a projetos

	2021	2020
Aplicações financeiras (*)	<u>373.684</u>	<u>1.150.454</u>

- (*) Os valores dos Recursos vinculados a projetos foram aplicados em Crédito de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxas, que em 2021, variam de 100% a 107% do CDI (a.a.).

5 Fundo contingencial

Refere-se a fundo contingencial previsto nos termos do Estatuto Social, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

	2021	2020
Aplicações financeiras (*)	1.118.346	898.307

- (*) Os valores do Fundo Contingencial foram aplicados em um Fundo de Renda Fixa remunerado a taxas, que em 2021 variam de -0,01% a 0,73% ao mês (em 2020 0,16% a 0,23% ao mês), além de Crédito de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxas, que em 2021 variam de 100% a 107% do CDI (a.a.).

6 Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Descrição	2019	Adições	2020	Adições	2021
Móveis e Utensílios	84.004		84.004	-	84.004
Microcomputadores e periféricos	81.162	6.435	87.597	-	87.597
Total do custo	165.166	6.435	171.601	-	171.601
Móveis e Utensílios	(22.946)	(8.632)	(31.578)	(8.323)	(39.901)
Microcomputadores e periféricos	(32.753)	(16.758)	(49.511)	(17.648)	(67.159)
Total Depreciação	(55.699)	(25.390)	(81.089)	(25.971)	(107.060)
Imobilizado líquido	109.467	(18.955)	90.512	(25.971)	64.541

7 Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	57.646	57.837
PIS e COFINS	1.662	115
Outros impostos e contribuições	3.384	1.393
	62.692	59.345

8 Salários e encargos a pagar

Descrição	2021	2020
Férias	235.037	192.808
INSS	214.523	103.366
FGTS	38.091	35.472
PIS	4.761	4.434
	492.413	336.080

Os salários mensais são pagos até o último dia útil do mês corrente, por meio de crédito na conta corrente dos colaboradores.

9 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que devessem ser provisionados e/ou divulgados.

10 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio da Entidade é constituído de bens móveis (tangíveis ou intangíveis), imóveis, direitos (inclusive direitos de propriedade intelectual) e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de contribuição, doação, legado, subvenção, auxílio, rendimentos, dividendos, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas preferencialmente sem fins econômicos e preferencialmente que tenham o mesmo objeto social (ou objeto similar ou complementar) da Entidade, que serão determinadas pela Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

b. Reserva estatutária

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o Fundo Contingencial de acordo com os termos do Estatuto Social, poderá ser constituído de até 5% do valor da contribuição dos Associados Mantenedores, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo Contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A Entidade destinou do superávit do exercício de 2021 para reserva estatutária, o montante R\$ 220.039, equivalente a 5% das contribuições dos associados. Durante o exercício de 2020 a reserva estatutária foi de R\$ 272.376.

c. Quadro de associados

A Entidade conta com os seguintes Associados:

- **Mantenedores:** Instituto Natura, Instituto Lemann Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Instituto General Motors, Cisco Comércio e Omidyar Network.
- **Contribuintes:** Instituto Península.

d. Remuneração da administração

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração, mas poderão receber o reembolso das despesas gastas para comparecimento nas reuniões do Conselho e Assembleias Gerais, desde que devidamente comprovadas.

Durante o exercício de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi no montante de R\$ 518.428. (R\$ 464.640 em 2020).

11 Receitas operacionais

a. Contribuição dos associados

	2021	2020
Instituto Península	300.000	302.640
Instituto Lemann	635.544	605.280
Instituto Natura	635.544	605.280
Fundação Itaú Social	635.544	605.280
Fundação Telefônica	635.544	605.280
Instituto General Motors	635.544	-
Omidyar Network	605.280	-
Cisco Comércio	317.772	-
	<u>4.400.772</u>	<u>2.723.760</u>

Adicionalmente, a Entidade recebeu o montante de R\$ 680.032 do associado Cisco Comércio em antecipação as contribuições associativas do exercício de 2022. Desta forma, foi reconhecida como passivo circulante, na rubrica de Adiantamento de contribuição associativa.

b. Doações não restritas

Durante o ano de 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 461.472 referente a doações não restritas, ou seja, para apoio a Entidade mas sem destinação específica principalmente, principalmente pela entidade Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo.

12 Despesas e receitas com projetos

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) apoia a inovação educacional por meio das novas tecnologias, que podem impulsionar uma transformação sistêmica e promover maior equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública brasileira.

Para isso, identifica e conecta atores qualificados, promovendo o pensamento crítico e a interação, em ambientes favoráveis ao surgimento de novas ideias e ações. Também atua no apoio ao poder público, gestores educacionais e docentes na compreensão de que as tecnologias educacionais se tornam mais eficazes quanto mais estiverem em equilíbrio os elementos: visão, competências, recursos digitais e infraestrutura.

(i) Despesas por projetos da Entidade

Durante o exercício de 2021 e 2020, a atuação da Entidade se deu por meio dos seguintes projetos:

	2021	2020
Projetos restritos		
BNDES Chamada Pública (a)	(1.429.487)	(1.806.608)
Seleção e Aquisição de Tec. Educac. (b)	(110.175)	(649.247)
Porvir (c)	-	(77.281)
Diretrizes Curriculares (d)	-	(104.918)
Matriz Curricular (e)	(357.100)	-
Apoio Técnico Fundação TV – Profuturo (f)	(109.343)	(109.760)
Subtotal	(2.006.105)	(2.747.814)
Projetos sem restrições e gastos com equipe técnica		
Equipe Técnica (m)	-	(1.225.365)
Apoio ao Programa Educação Conectada (g)	(8.250)	(123.180)
Geração de Conhecimento e Subs. Piec (h)	-	(18.983)
Mobilização e apoio Técnico a Inst. Pública (i)	-	(11.656)
Guia EduTec (j)	(37.238)	(48.468)
Rede IEB (k)	-	(708)
Reuniões Conecte-C (l)	-	(150)
Porvir (c)	-	(3.275)
Assessoria Técnica Ensino Híbrido (n)	(10.100)	(9.000)
Marco Conceitual Escola Conectada (o)	(11.937)	-
Apoio para implementação dos currículos (p)	(4.350)	-
Curso Assessoria aos Municípios (q)	(50.545)	-
Assessoria Técnica aos Municípios (s)	(400)	-
Conectividade e Gice (t)	(69.602)	-
Subtotal	(192.422)	(1.440.785)
Total	(2.198.528)	(4.188.599)
Despesas com pessoal	(1.320.345)	(3.506.912)
Outras despesas com projetos	(878.183)	(681.687)

(ii) Projetos restritos

A seguir demonstramos a movimentação dos projetos:

	2020	Valores recebidos	Rendimento de Aplicação Financeira	Consumo	Transferência	2021
BNDES Chamada Pública (a)	511.083	903.069	26.272	(1.429.486)	-	10.938
Seleção e Aquisição de Tec. Educac. (b)	283.399	-	-	(110.175)	-	173.224
Diretrizes Curriculares (c)	5.522	-	-	-	(5.522)	-
Apoio Técnico Fundação TV – Profuturo (f)	50.450	235.561	-	(109.343)	-	176.668
Matriz Curricular (e)	-	369.955	-	(357.100)	-	12.855
Institucional (*)	300.000	-	-	-	(300.000)	-
	1.150.454	1.508.585	26.272	(2.006.105)	(305.522)	373.684

(*) O montante de R\$ 300.000 refere-se a doação não restrita recebido pela Entidade do Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo em dezembro de 2020, ao qual foi destinado para apoiar a Entidade no ano de 2021. Em 2021 este valor foi reconhecido como receita de doação não restrita.

A seguir são descritas as características de cada projeto restrito da Entidade. Os projetos restritos referem-se àqueles que a Entidade recebeu contribuição de seus associados para ser aplicado especificamente no projeto.

a. BNDES Chamada Pública

A Iniciativa teve início com a Chamada Pública BNDES Educação Conectada lançada em 2018 com o objetivo de selecionar projetos de incorporação de tecnologia para a educação pública, com o fim de apoiar sua adoção nas redes públicas de ensino e testar modelos mais efetivos de implantação. Busca ampliar a inteligência sobre o tema educação conectada, para melhor planejar, especificar, mobilizar esforços, disponibilizar recursos e otimizar as ações; visando atuar em escala para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), destacando-se a estratégia 7.15 - acesso à internet e relação computadores/aluno.

O CIEB atua como parceiro técnico desde 2019 e atuou, ao longo desses três anos (2019-2021) na assessoria técnica direta aos seis territórios selecionados pela chamada pública - 17 redes de ensino, 6 estaduais e 11 municipais, que, juntas, somam mais de 12 mil docentes e cerca de 162 mil estudantes. O ano de 2021 foi um ano de consolidação da Iniciativa nos territórios, tendo o CIEB atuado nas seguintes atividades:

- Acompanhamento dos projetos territoriais e realização de reuniões técnicas junto aos territórios;
- Elaboração de nova ferramenta de planejamento e painel de monitoramento para acompanhamento dos projetos, com foco em sustentabilidade no uso pelos territórios
- Realização de webinários e oficinas para apoio aos territórios em temas específicos (Jornada de RED, LGPD no contexto educacional, Análise e estratégias para conectividade);
- Elaboração de materiais de referência técnica e templates de apoio ao territórios (Guia da Jornada de RED, planos de formação continuada, plano de sustentabilidade);
- Preparação e condução do Encontro Nacional virtual com todos os territórios;
- Elaboração dos relatórios da Iniciativa e da assessoria técnica.

b. Seleção e Aquisição de Tec. Educac

O Projeto Seleção e Aquisição de Tecnologia Educacional foi idealizado com o objetivo de desenvolver um modelo inovador de apoio à seleção e aquisição de tecnologias educacionais, para que Secretarias de Educação no país possam incorporar recursos educacionais digitais na rede de ensino, de forma ágil, eficiente e segura. Iniciado em 2018, o projeto desenvolveu um conjunto de referências e ferramentas que auxiliam todo o processo de identificação, seleção e aquisição de recursos educacionais por redes públicas. Também foi criada uma proposta de classificação e especificação de tecnologias educacionais em grupos, que foi discutida e validada com diferentes atores do ecossistema, como especialistas, empreendedores, educadores e gestores públicos.

c. Porvir

O Projeto Porvir foi incubado pelo CIEB durante o ano de 2019, é uma plataforma de comunicação e mobilização social, que mapeia, produz, difunde e compartilha referências sobre inovações educacionais. Projeto encerrado em 2020.

d. Diretrizes Curriculares

O Currículo de Referência em Tecnologia e Computação foi desenvolvido com o intuito de apoiar redes de ensino e escolas a incluir os temas tecnologia e computação em suas propostas curriculares. Lançado em outubro de 2018, o Currículo de Referência está disponível on-line, para acesso livre e gratuito, trazendo sugestões de temas a serem abordados nos programas curriculares, propostas de atividades didáticas práticas e referências para aprofundamento de estudos. Os conteúdos, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão organizados por ano escolar, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II.

Alinhado às competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Itinerário Formativo Cultura Digital está disponível para acesso on-line e gratuito. É um instrumento que apoia as redes de ensino a incorporar, em suas propostas curriculares, o trabalho discente com tecnologias digitais de forma crítica e ética, instigando a reflexão sobre suas funcionalidades e sua relação com a sociedade. Estimado para ser aplicado em 400 horas, o Itinerário Formativo está organizado em módulos: básico, intermediário e avançado. Cada módulo é composto por até quatro unidades curriculares, trazendo sugestões de conteúdos como oficinas de produção de audiovisual, modelagem 3D, entre muitas outras temáticas relacionadas a tecnologias inovadoras. Resultado de uma parceria com o Ministério da Educação, o Itinerário faz parte do Guia de Implementação, disponível no Portal do Novo Ensino Médio.

e. Matriz Curricular

O Currículo Técnico Profissionalizante em Ciência de Dados para o Ensino Médio foi desenvolvido para conter referências para incorporação do tema de Ciência de Dados nas redes públicas de ensino, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM). O currículo também incorpora as competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho para profissionais técnicos em Ciência de Dados, diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, além de outros temas relevantes em Ciência de Dados desenvolvidos pela organização Social Good Brasil. O currículo é inovador em seu conteúdo e formato e contém orientações para implementação nas redes estaduais de ensino em termos de recursos humanos e infraestrutura na escola e também permite que os estudantes recebam certificações intermediárias (ou Micro badges) que facilita sua inserção no mercado de trabalho

f. Apoio técnico fundação TV

Trata-se de um projeto de Internacionalização do nosso Guia Edutec, com o apoio da Fundação Telefônica Vivo da Espanha, esta ferramenta online está sendo traduzida e disponibilizada por meio da abertura do código de elaboração para 40 países de língua espanhola.

(iii) Projetos sem restrições

A seguir são descritas as características de cada projeto sem restrições da Entidade. Os projetos sem restrições referem-se àqueles executados com as contribuições recebidas de seus associados para manutenção das operações da Entidade.

g. Apoio ao Programa Educação Conectada

Em função de sua efetiva colaboração com as políticas públicas de educação no país, o CIEB desenvolveu uma sólida parceria com o Ministério da Educação (MEC). Em 2018, o CIEB passou a integrar o Comitê Consultivo do Educação Conectada, programa federal que ajudou a desenhar e a implantar, tendo sido responsável pela formação dos articuladores locais dos planos de inovação nos estados e municípios, e atuando como apoio técnico na chamada pública do BNDES para implantação do Educação Conectada.

h. Geração de Conhecimento e Subsídio Piec

Com o intuito de gerar subsídios para o diálogo entre os atores do ecossistema de inovação em educação, o CIEB produz Estudos e Notas Técnicas elaborados por pesquisadores independentes ou pela equipe técnica da instituição. Todas as publicações estão disponíveis on-line no site do CIEB. Projeto encerrado em 2020.

i. Mobilização e apoio Técnico a Inst. Pública

Em parceria com o MEC, o CIEB apoia o Prêmio Professores do Brasil, promovendo a categoria especial Uso de Tecnologia Educacional, que premia projetos nos níveis de ensino fundamental e médio. Também em 2018, o MEC adotou a metodologia do Guia Edutec, criado pelo CIEB, para desenvolver ferramentas de diagnóstico e de planejamento das escolas públicas, disponíveis no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). Projeto encerrado em 2020.

j. Guia EduTec

O Guia Edutec apoia gestores públicos na formulação de Planos de Inovação e Tecnologia. Plataforma on-line, com acesso gratuito, é uma ferramenta que permite o diagnóstico do uso de tecnologia nas escolas e nas redes de ensino. O Guia Edutec também dá apoio ao desenvolvimento de um plano de ação para a inovação educacional.

k. Rede IEB

Ambiente on-line, com acesso gratuito, a Rede IEB mapeia e conecta centros de pesquisa e especialistas comprometidos em promover a inovação na educação pública. A rede produz e compartilha conhecimentos acadêmicos de utilidade para o desenvolvimento de políticas públicas, apoiando gestores da área de educação nas tomadas de decisões. Em 2018 foi desenvolvida a Plataforma de Evidências, disponibiliza evidências sobre o uso de tecnologia educacional que podem ajudar as redes de ensino a desenhar políticas públicas e estratégias de inovação. As evidências são obtidas de pesquisas sobre o uso de tecnologia em educação, por meio revisões sistemáticas de literatura, com os resultados apresentados de forma prática, útil e direta, em linguagem de fácil compreensão por gestores públicos e educadores. O conteúdo está disponível em um ambiente on-line, com acesso livre e gratuito. Projeto encerrado em 2020.

l. Reuniões Conecte-C

O CIEB promove encontros presenciais para estimular o diálogo e a interação entre diferentes atores do ecossistema de inovação na educação. Em 2018, foram realizados dois Conecte-C, totalizando uma série de 16 encontros, desde o início da série, em 2016. A participação é gratuita, para convidados inscritos. Projeto encerrado em 2020.

m. Equipe técnica

Refere-se a custos com folha de pagamento da Equipe Técnica multidisciplinar alocados nos projetos não restritos da Entidade, que atua em todos os projetos de autoria própria do CIEB.

Para 2021, os custos com folha de pagamento da Equipe Técnica foram centralizados no centro de custo Institucional, uma vez que, neste ano, os projetos existentes foram descontinuados ou encerrados.

n. Assessoria Técnica Ensino Híbrido

Diante do desafio de conciliar a reabertura das escolas com os protocolos sanitários de prevenção à Covid-19, diversas redes municipais e estaduais combinaram atividades presenciais e remotas no ano letivo de 2020 para fazer um rodízio entre as crianças e jovens nas salas de aulas. A fim de gerar subsídios para a discussão sobre o ensino híbrido e seu potencial para a educação, nós, do CIEB, desenvolvemos uma nota técnica sobre os conceitos de ensino híbrido com a finalidade de assessorar às Secretarias da Educação na implementação deste novo modelo de condução do ensino e aprendizagem. Projeto encerrado em 2020.

o. Marco Conceitual Escola Conectada

O Marco Conceitual é o documento que consolida referenciais teóricos e melhores práticas internacionais sobre a possibilidade de as tecnologias promoverem avanços importantes na qualidade e na equidade da educação básica.

Para que a escola possa ser transformada pelo uso pedagógico, intencional e ético das tecnologias, ela precisa se organizar em torno de premissas importantes, integradas e que resultem em melhorias na aprendizagem e na equidade educacional. A transformação da escola deve acontecer de forma sistêmica, envolvendo múltiplos atores em diferentes níveis de atuação e organização (pública, privada, terceiro setor, etc.), por isso, torna-se essencial partir de um marco conceitual que fundamente essa prática, detalhando seus referenciais (teóricos e organizacionais), conceitos e rubricas.

O Marco Conceitual cumpre o propósito de compartilhar os aprendizados até agora alcançados e contribuir com todo o ecossistema na criação de repertórios e sentidos compartilhados sobre inovação e tecnologia educacionais no Brasil para qualificar o debate e a tomada de decisão sobre esse tema tão relevante para a equidade educacional. E a revisão deste documento, realizada em 2021, surge da necessidade de rediscutir os conceitos da Escola Conectada no contexto de uso tecnologias para fazer frente aos desafios do ensino remoto durante a pandemia.

p. Apoio para implementação dos currículos

Diante do desafio das redes de ensino em implementar o currículo de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o CIEB realizou webinários para apresentação dos Currículos de Referência em Tecnologia e Computação desenvolvido pela instituição.

q. Curso Assessoria aos Municípios

Desenvolvido como estratégia de fortalecimento conceitual das equipes das Secretarias de Educação no âmbito do Programa de Assessoria Técnica. Trata-se de um curso online, composto por 12 módulos, ao longo dos quais apresentam-se os conceitos, ferramentas e práticas para aprimorar a prática pedagógica com o uso de metodologias, tecnologias e materiais educacionais inovadores.

O conteúdo tem como base o conceito de Escola Conectada, como definimos as escolas que possuem: visão estratégica e planejada para incorporação da tecnologia em seu currículo e nas práticas pedagógicas; equipe com competências digitais desenvolvidas; recursos educacionais digitais selecionados; além de equipamentos e conectividade adequados (infraestrutura). Além de serem condições fundamentais para as escolas serem impactadas pelo uso pedagógico, intencional e ético das tecnologias, a atuação equilibrada nas quatro dimensões permite a oferta do ensino híbrido e a consequente ampliação do tempo, espaço e ritmo de aprendizagem dos(as) estudantes

r. Assessoria Técnica aos Municípios

Programa lançado em 2021, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Instituto General Motors (IGM) - denominado programa de assessoria técnica Gestão de Inovação e Tecnologia na Rede de Ensino. A ação tem duração de dois anos e envolve 12 redes municipais.

Sua proposta é melhorar a qualidade e a equidade da educação por meio do desenvolvimento de lideranças educacionais, apoiando para que estas estabeleçam um processo contínuo de formação e planejamento para a incorporação de tecnologias digitais na prática pedagógica e na gestão escolar.

O Programa atua em 3 eixos:

- (1) Base conceitual: principais marcos conceituais que fundamentam a transformação digital, através de um curso online autoinstrucional para as equipes das Secretarias de Educação;
- (2) Assessoria técnica dos especialistas do CIEB no desenvolvimento do plano de inovação enquanto política pública, pelo expertise desenvolvido ao longo dos últimos anos exercendo esse papel em junto a Secretarias Estaduais e Municipais;
- (3) Uso das ferramentas CIEB no desenvolvimento e implementação do plano de transformação digital, iniciado pelas atividades do curso, e continuado pela equipe técnica da Secretaria com apoio dos Consultores dos parceiros RNP e IGM.

s. Conectividade e Gice

O projeto Conectividade na Educação surgiu em 2020 com o objetivo de reunir dados e referenciais técnicos que possam apoiar a formulação de políticas públicas de conectividade na educação, de modo a garantir que gestores(as) públicos(as) e tomadores(as) de decisão, nos mais distintos níveis, sejam capazes de viabilizar conectividade adequada para todas as escolas públicas brasileiras.

Ação inicial do projeto foi a construção do GICE – Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação, formado por mais de 20 membros, dentre órgãos governamentais, operadoras, provedores regionais, empresas de tecnologia, associações e organizações do terceiro setor interessados em construir soluções técnicas para os desafios de conectividade da educação pública no Brasil. O primeiro produto coletivo desse grupo foi o Mapa da Conectividade na Educação, lançado em março de 2021, que reúne bases de dados de diversos órgãos e entidades, públicas e privadas, para trazer um retrato mais completo da conectividade nas escolas e permitir análises mais aprofundadas a respeito dos principais desafios e oportunidades de melhorias. O segundo produto do Grupo foi a elaboração e divulgação, setembro de 2021, do Guia Conectividade na Educação, estruturado na forma de um manual com orientações sobre parâmetros de infraestrutura, distribuição de equipamentos e sinal nas escolas, alternativas de financiamento e modelos de contratação, a fim de auxiliar gestores/as públicos/as na tomada de decisão para a implantação de políticas de conectividade nas escolas públicas brasileiras.

13 Despesa com pessoal – Operacional

Descrição	2021	2020
Salários	(722.393)	(1.904.131)
INSS	(198.652)	(590.267)
Férias	(87.096)	(251.940)
FGTS	(68.315)	(187.154)
13º salário	(58.294)	(179.548)
Outros	<u>(185.594)</u>	<u>(393.872)</u>
Total	<u>(1.320.344)</u>	<u>(3.506.912)</u>

Durante o exercício de 2021 os funcionários da Entidade empenharam um volume menor de horas em projetos e, por isso, as despesas com pessoal reduziram de forma significativa em relação a 2020 na rubrica de Despesa com pessoal – operacional. Em contra-partida houve um aumento significativo nos gastos com pessoal na rubrica de Despesa com pessoa – administrativo (nota 15)

14 Outras despesas com projetos

Descrição	2021	2020
Prestadores de serviços	(745.914)	(429.076)
Viagens e estadias	-	(32.036)
Eventos	-	(564)
Manutenção de software	(7.716)	(30.711)
Material promocional e publicidade	(46.938)	(31.994)
Outros	<u>(77.616)</u>	<u>(157.306)</u>
Total	<u>(878.183)</u>	<u>(681.687)</u>

15 Despesas com pessoal – Administrativo

Descrição	2021	2020
Salários	(1.240.911)	(144.919)
Gratificação	-	(111.977)
INSS	(357.150)	(51.126)
Férias	(150.868)	(20.367)
FGTS	(123.560)	(15.512)
PIS	(14.554)	
13 Salário	(106.965)	(14.970)
Assistência Médica	(146.413)	
Vale Refeição	(148.752)	
Outros	(152.099)	(121.699)
Total	(2.441.273)	(480.570)

16 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Aluguel	(45.135)	(168.929)
Prestadores de serviços	(179.060)	(169.725)
Manutenção de Software	(87.468)	(33.642)
Conservação e manutenção	(10.783)	(23.363)
Viagens e estadias	(3.837)	(4.416)
Seguros gerais	(1.118)	(2.042)
Internet	(4.115)	(1.066)
Material de escritório	(2.594)	(933)
Reembolso de despesas projetos	-	139.829
Outros	(84.949)	(48.304)
Total	(419.059)	(312.591)

17 Impostos e taxas

	2021	2020
IPTU	(14.487)	(12.794)
COFINS	(2.796)	(2.248)
Outros Impostos e taxas	(11.775)	(736)
Total	(29.058)	(15.778)

Em fevereiro de 2019 a Administração obteve a declaração de isenção de ITCMD, como entidade promotora de direitos humanos, emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, com validade entre 23 de fevereiro de 2019 a 22 de fevereiro de 2022, mas conforme o CAT 32/2020 Art. 1º, II - o § 3º do artigo 4º:

"§ 3º A "Declaração de Isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD" terá validade pelo prazo de 03 anos, contados da data da sua emissão, devendo ser renovada três meses antes do término dessa validade."

18 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas Financeira		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	125.894	45.567
Descontos Obtidos	-	168
Variação Cambial Ativa	26.792	395
Total das receitas financeira	152.686	46.130
Despesas Financeira		
Tarifas	(7.662)	-
IOF	(2.343)	(3.720)
Juros Passivos	(909)	(177)
IRRF sobre aplicação	(11.637)	-
Variação Cambial Passiva	(52)	(335)
Total das despesas financeiras	(22.603)	(4.232)
Resultado financeiro líquido	130.083	41.898

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis

20 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

DS
LD

DS
RP

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.


	2021	2020	Classificação (*)
Ativos			
Caixa e bancos	936	353.540	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras	3.156.583	610.263	Valor justo por meio de resultado
Recursos vinculados a projetos (aplicação)	600.307	1.150.454	Valor justo por meio de resultado
Fundo contingencial	1.118.346	898.307	Valor justo por meio de resultado
Outro ativos	<u>167.341</u>	<u>65.259</u>	Empréstimos e recebíveis
Total de ativos	<u>5.043.513</u>	<u>3.077.823</u>	
Passivos			
Outras contas a pagar	(16.637)	(22.230)	Outros passivos financeiros

(*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3b .

* * *
DocuSigned by:

376F46FDCF50443
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo
Diretora Presidente

Rogério Gerlah Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC: 1SP131987/O-3

DocuSigned by:

3DA102DD1395463...